

### CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rua José Camacho, nº 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br/corregedoria/ Telefone (69) 3309-6011 - email:cgj@tjro.jus.br

# ATA DE CORREIÇÃO EXTRAJUDICIAL - CGJ Nº 2953339 / 2022 - DICEXTRA/DEPEX/SCGJ/CGJ

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL REALIZADA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULO E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE ROLIM DE MOURA/RO.

Processo Eletrônico n. 0004412-03.2022.8.22.8800. No dia vinte e sete do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, iniciou-se a Correição Ordinária Presencial, realizada no Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Município e Comarca de Rolim de Moura/RO, designada pela Portaria n. 076/2022-CGJ, publicada no DJE n. 164 de dois do mês de setembro de dois mil e vinte e dois. A serventia está localizada na Av. Rio Branco, n. 4449, Bairro Centro, na cidade citada, e a correição foi presidida pelo MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Marcelo Tramontini, auxiliado pelos servidores Joás Bispo de Amorim, André de Souza Coelho e Gislaine Alves da Costa. IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA - O Sr. Algmar José de Mesquita, foi delegado em caráter privado, por meio do Ato n. 026/1991, publicado no DJE 186, de 15 de outubro de 1991, tendo tomado posse e entrado em exercício no dia 16 de outubro de 1991. Dado início aos trabalhos foram examinados, por amostragem, os livros, autos e papéis da serventia, constatando-se o seguinte: 1 - ADMINISTRAÇÃO E ASPECTOS GERAIS -Horário de funcionamento: de acordo com o art. 75, § 2º, das DGE. Informou que o atendimento é realizado das 08:00 às 16:00 horas. Identificação da serventia: está de acordo com o disposto no art. 60, § 1º das DGE. Espaço físico: a Serventia está adequada para a prestação dos serviços, em consonância com o disposto no art. 5º das DGE c/c art. 4º da Lei 8.935/94, de 18 de novembro de 1994. Estrutura predial: em consonância com a Lei 10.098/00. Ativo imobilizado: é adequado à prestação dos serviços, de acordo com o art. 61, I, II, III e IV das DGE. Legislação atual à disposição do cliente: cumpre com o que estipula o art. 65 das DGE. Padrões mínimos de tecnologia da informação: a serventia adota as políticas de segurança de informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, conforme determina o art. 2º do Provimento 74/2018-CNJ. Quanto ao

backup é realizado em mídia eletrônica, sendo em dois HD's externos, dois servidores que trabalham em espelhamento, além de backup em nuvem. Certidão de tributos: nos foram apresentadas Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, pelo CPF do delegatário; Certidão Negativa de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, pelo CNPJ da Serventia; Certidão Negativa de Tributos Estaduais, pelo CPF do delegatário e CNPJ da Serventia; Certidão Negativa de Tributos Municipais, pelo CPF e CNPJ; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, pelo CNPJ e CPF; e Certificado de Regularidade do FGTS pelo CEI e CNPJ, em conformidade com o previsto no art. 2º do Decreto n. 8.302 de 04 de setembro de 2014 (Portaria conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02 de outubro de 2014) e Provimento n. 45/2015-CNJ). Impostos: apresentou as quias de recolhimento do imposto de renda quitadas por meio do carnê-leão dos. O responsável vem contribuindo regularmente com a previdência social, conforme Art. 40 Lei Federal 8.935/94, além de recolher os valores pertinentes ao FGTS, em atendimento à legislação trabalhista. ISSQN: apresentou as guias de recolhimento do último ano até a presente data, devidamente quitadas. Documentos da vida funcional da responsável: são mantidos na sede da serventia, conforme o art. 81 II, das DGE. Classificadores Administrativo: a serventia possui os classificadores obrigatórios descritos no art. 81 do Prov. 14/2019 - DGE. Prepostos: são funcionários da serventia: 1) Anita Moreira dos Santos (Auxiliar de Escrevente), 2) Anne Caroline da Silva Souza (Auxiliar de Escrevente), 3) Evelyn Karen Santos de Lima (Auxiliar de Escrevente), 4) Felipe Kaleb Maschio (Auxiliar de Escrevente), 5) Fernanda Helias Pereira (Auxiliar de Escrevente), 6) Heliton Vagner Monteiro de Araújo (Escrevente), 7) Josiane Castro Nascimento (Zeladora), 8) Manoel Neneo Santos Mangueira de Souza (Auxiliar de Escrevente), 9) Rogério Beker de Oliveira (Segundo Escrevente Substituto), 10) Selma Ferreira Pinto (Escrevente Substituta), 11) Telma Maria de Jesus Ricardo (Auxiliar de Escrevente), 12) Vanessa Figueira do Nascimento (Auxiliar de Escrevente). Todos os funcionários estão regularmente contratados com CTPS assinada, em conformidade com o art. 20 da Lei Federal n. 8.935/94. Livro de Visitas e Correições: a serventia possui o Livro de Visitas e Correições, de acordo com os artigos 76, III e 31 das DGE. Livro de Controle de Depósito Prévio: a serventia possui o livro, cujo monitoramento está sendo realizado no SEI 0005266-31.2021.8.22.8800. Justica Aberta - CNJ: o responsável mantém atualizadas as informações da serventia no CNJ, no sistema Justiça Aberta do CNJ, acerca das informações da quantidade de Atos praticados e da Arrecadação total Bruta, dos dados do substituto e da Unidade Interligada, conforme Prov. 24/2012 do CNJ. 2 - DISPOSIÇÕES GERAIS - Livros: de acordo com o artigo 67, §§ 1º a 6º DGE. Termos de Abertura e de Encerramento: de acordo com o art. 77, § 3° do Prov. 14/2019-DGE. Retificações: os erros são retificados por ressalvas, sem rasuras ou uso de corretivo, conforme o art. 69 do Prov. n. 14/2019 das DGE. Prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro: a serventia tem observado as diretrizes

previstas nos Provimentos 88/2019-CNJ alterado pelo Provimento 90/2020-CNJ, que dispõe acerca da política, procedimentos e controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016. Correio Eletrônico e Malote Digital: o responsável abre, diariamente, a caixa de mensagens do correio eletrônico, bem como o Malote Digital, de acordo com o artigo 83, § 2º, das DGE. Informou à equipe correcional que utiliza os seguintes e-mails: imoveis rolimdemoura@tjro.jus.br e guimaimoveisro@gmail.com. Assinaturas: estão conforme os ditames dos arts. 68, II e VIII, 71 e 142 das DGE. Verificou-se. Espaco em branco: verificamos que os espaços em branco estão sendo devidamente inutilizados, conforme determina os incisos III e VIII do art. 68 das DGE. QR <u>CODE</u>: a serventia utiliza o QR-CODE em todos os atos, nos moldes do art. 138 das DGE. Atendimento: é garantido o atendimento preferencial às pessoas elencadas no artigo 63 das DGE. A serventia utiliza sistema de senhas para o controle da fila de atendimento e do tempo de espera, conforme art. 63, do Prov. n. 14/2019 - DGE. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: o delegatário informou que em observância ao Provimento n. 023/2021-CNJ, publicado em 27/09/2021 tem orientado seus colaboradores, acerca da vedação de acessar dados de usuários dos serviços em redes sociais privadas, em observância a Lei n. 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. 3 - REGISTRO DE IMÓVEIS - Livros em uso: a) Livro 1 -Protocolo nº. 1-S, fls. 021; b) Livro 2 - Registro Geral matrícula n. 37.972; c) Livro 3 - Registro Auxiliar matrícula n. 7.750. Livro de Protocolo: conforme o disposto no art. 930, das DGE. Livro de Cédula: escriturado de acordo com art. 1.103, §2º das DGE. Cédula de Crédito Hipotecária: nos moldes do art. 227, da Lei n. 6.015/73 e art. 991, caput das DGE. Registro Livro 2-RG (Registro Geral): conforme o disposto nos arts. 955, 978, 950 e 960 das DGE. Qualificação do imóvel no Livro 2-RG: tem sido observado o art. 956, das DGE. Averbação: de acordo com o art. 1.079 e seguintes do Prov. n. 14/2019 - DGE. DOI: de acordo com o previsto no art. 1.109 das DGE. Nota de devolução: nos termos do artigo 924, §§ 1º e 2º, das DGE. Comunicados: o delegatária encaminha os relatórios ao INCRA e à Prefeitura, de acordo com os artigos 1.007 e 1.104 das DGE. 4 - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livros em uso: a) Livro: Protocolo Unificado n. A-4, fls. 172; e b) Livro de Registro Integral n. B-074, fl. 190. Livro de Protocolo: de acordo com o art. 135 da Lei n. 6.015/73 c/c com o artigo 863, das DGE. Livro de Registro: de acordo com art. 68, I das DGE. Registro no livro "A": de acordo com o artigo 863, das DGE. Registro no livro "B": de acordo com 860 das DGE. Averbações: de acordo com o artigo 856, das DGE. Registro em livro próprio: conforme os artigos 879 e 880 das DGE. 5 - REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS - Livros em uso: a) Livro - Unificado n. A-4, fls. 172 e b) Livro -Registro Integral n. A-045, fls. 007/007 verso. Registro/Averbação: nos termos do art. 835, caput,

das DGE. Registro de Associação: nos termos do art. 120, I a VII da Lei n. 6.015/73 e art. 835 das DGE. Protocolo: nos termos do artigo 828 das DGE. Estatuto: nos moldes do art. 833 das DGE. 6 - FISCALIZAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS, SELOS, LIVRO DE REGISTRO AUXILIAR DA RECEITA E DA DESPESA E REMESSAS DE DADOS PELO SIGEXTRA - 6.1 - NORMAS DE ASPECTO GERAL: em conformidade com as normas emanadas da Corregedoria Geral da Justiça. Quanto aos selos de fiscalização, foi certificado a regularidade dos recolhimentos de boletos de selos, conforme informação CGJ n. 2844/2022 (2928745) no processo de correição. 6.2 - REGISTRO DE IMÓVEIS: foram analisados por amostragem diversas matrículas dos livros 2 e 3, incluindo os atos referente ao Programa Minha Casa Minha Vida, SFH e Programa Casa Verde Amarela, estando de acordo com as normas vigentes. 6.3 - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS: foram analisados por amostragem os documentos constantes dos livros n. A-44, estando de acordo com as normas vigentes. 6.4 - REGISTRO DE TÍTULOS E **DOCUMENTOS**: foram analisados por amostragem os documentos constantes do livros n. B-74, estando de acordo com as normas vigentes. 6.5 - <u>LIVRO DE REGISTRO AUXILIAR DA RECEITA</u> E DA DESPESA: a fiscalização dos registros das receitas e das despesas no livro diário auxiliar do SIGEXTRA, Relatório n. 241/2022 (2938244), em que se constatou as seguintes ocorrências: Item 1.1 Registro de Despesas sem Comprovação Fiscal Adequada; e 1.2 - Outras constatações, devidamente justificado em correição. O livro diário auxiliar das despesas, referente ao exercício de 2021 foi encaminhado por meio do Ofício n. 42/2022, via processo SEI n. 0000086-42.2022.8.22.8010, em 11/02/2022, ao Juízo Corregedor da Comarca, tempestivamente, conforme art. 11° do Provimento n. 45/2015-CNJ c/c § 2° do art. 84 das DGE. 6.6 - ANÁLISE DO RESUMO DOS ATOS REMETIDOS AO BANCO DE DADOS DO SIGEXTRA: por meio do sistema supracitado foi extraído o Relatório de Monitoramento n. G2-01062021-31082022 (2938249), disponibilizado à Serventia no curso da correição, com apontamento nos itens 2, 3, e 8.8 do relatório, justificado em correição. 7 - DETERMINAÇÕES - Sem determinações. 8 -**CONSIDERAÇÕES FINAIS -** O Juiz Auxiliar da Corregedoria parabenizou o delegatário pela prestação de serviço eficiente e organizada, tanto que nenhuma determinação foi registrada. Por seu turno, o Juiz Auxiliar da Corregedoria submeterá a presente ata à apreciação e homologação do Corregedor-Geral da Justiça. Registra-se que no decorrer da correição, os trabalhos foram realizados com discrição e urbanidade sem maiores contratempos, e as solicitações realizadas pela equipe correcional foram prontamente atendidas pela serventia. Nada mais havendo, no dia vinte e sete do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (27/9/2022), às 13:30h, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo responsável, Sr. Algmar José de Mesquita, o MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Marcelo Tramontini, e pelos servidores Joás Bispo de Amorim, André de Souza Coelho e Gislaine Alves da Costa.



Documento assinado eletronicamente por **ALGMAR JOSÉ DE MESQUITA**, **Delegatário**, em 27/09/2022, às 17:06 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543</u>, <u>de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **JOÁS BISPO DE AMORIM**, **Assistente Técnico (a) II**, em 28/09/2022, às 11:05 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ DE SOUZA COELHO**, **Contador(a)**, em 28/09/2022, às 11:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **GISLAINE ALVES DA COSTA**, **Diretor (a) de Departamento**, em 28/09/2022, às 11:21 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO TRAMONTINI**, **Juiz(a) Auxiliar da Corregedoria**, em 28/09/2022, às 12:01 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto</u> nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <a href="https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei">https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei</a>, informando o código verificador **2953339** e o código CRC **25AE7DB3**.

**Referência**: Processo nº 0004412-03.2022.8.22.8800 SEI nº 2953339/versão2

### CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rua José Camacho, nº 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br/corregedoria/ Telefone (69) 3309-6011 - email:cgj@tjro.jus.br

## **DECISÃO - CGJ Nº 829/2022**

**Assunto:** Ata de Correição realizada no Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas do Município e Comarca de Rolim de Moura/RO

Vistos.

Homologo a ata de correição ordinária presencial realizada no dia 27 de setembro de 2022 no **Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas do Município e Comarca de Rolim de Moura/RO**, deflagrada pela Portaria Corregedoria n. 76/2022-CGJ, publicada no DJE n. 164 de 2/9/2022, conforme processo Sei 0004412-03.2022.8.22.8800.

Publique-se.

### Des. José Antonio Robles

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANTONIO ROBLES**, **Corregedor (a) Geral da Justiça**, em 04/10/2022, às 10:44 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <a href="https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei">https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei</a>, informando o código verificador **2963336** e o código CRC **9D4EAFA4**.

**Referência**: Processo nº 0004412-03.2022.8.22.8800 SEI nº 2963336/versão2